

ANGOLA

## RELATÓRIO

### **1. INTRODUÇÃO**

Angola está num processo de desenvolvimento e reconciliação nacional, que passa necessariamente pela adopção de políticas que permitem uma correcta inserção das pessoas portadoras de deficiências vítimas de minas e suas famílias.

Em muitas circunstâncias, notamos com frequência que essas pessoas são obrigadas a viver em condições de desvantagem, devido a inúmeras barreiras físicas e sociais existentes na sociedade, impedindo deste modo a sua participação plena na vida social, económica, cultural e política.

Sendo Angola signatária da Convenção de Ottawa, e considerando as orientações do Plano de Acção de Nairobi, Angola tem feito esforços com vista melhorar o atendimento das vítimas de minas no âmbito dos cuidados de saúde, de reabilitação e da reintegração sócio profissional.

O Estado, vem reunindo cada vez mais propostas de acções governamentais na busca da formulação e execução de políticas públicas com vista á assistência às vítimas de minas.

O Governo deve ser o primeiro a despertar a consciência da população quanto aos benefícios que seriam alcançados com a inclusão das pessoas portadoras de deficiência em todas as esferas da vida social, económica e política do país.

As ONGs podem/ devem prestar assistência ao Governo de varrias formas, formulando as necessidades, sugerindo soluções adequadas ou oferecendo serviços complementares a aqueles fornecidos pelos órgãos públicos do aparelho do Estado.

## **2. Contexto**

Actualmente existe um numero limitado de dados disponiveis relativamente as VM. Isto deve ser respondido de duas formas:

Primeiro existe a necessidade de medir de forma precisa o não de VM como meio de monitorizar e medir o impacto do problema relativamente as minas em termos basicos e de medidas a tomar para responder o problema.

Para alem disso existe a necessidade de estabelecer uma base de dados nacional para as VM recentes ou antigas pelo facto do apoio ortopedico e tratamento das vitimas ser um compromisso para a duracao de uma vida, sendo norma a substituicao das proteses todos 3 a 4 anos.

Actualmente 8 dos 11 centros ortopedicos estao a ser geridos por fundos externos. Uma revisao geral do sector devera ser garantida qdo uma base de dados for estabelecida, considerando o não de V., o nivel de financiamento do estado, necessario para evitar a dependencia e identificar meios para assegurar e fornecer acessos aos servicos ortopedicos aqueles que mais precisam.

### **Accoes a curto prazo**

- Estabelecer o mecanismo de elaboracao regular de relatorios com base no IMSMA, para a obtencao de dados de novas V;
- Estabelecer linhas claras de responsabilidade para conhecer a real situacao das VM ;
- Conceber mecanismos para a elaboracao regular de relatorios com base noIMSMA e ERM de VM.

### **Accoes a longo prazo**

- Estabelecer a base de dados de V.;
- Rever as necessidades das V e a combinacao de recursos para assistencia as VM.

### **3. OBJECTIVOS**

- Garantir o pleno direito de cidadania ao grupo alvo, saúde, educação, emprego, desporto, lazer, segurança e assistência social, transporte, cultura, comunicação, informação, vida familiar etc.
- Reduzir os índices de pobreza e vulnerabilidade das famílias para a melhoria da qualidade de vida das vítimas de minas;
- Convencer a sociedade civil de que os deficientes podem à semelhança dos não deficientes praticar o desporto quer no âmbito recreativo como de rendimento;

Fazer advocacia para a criação de fundos para as pensões de pessoas vulneráveis, deficientes incluindo as vítimas de minas;

Promover o quadro jurídico-legal.

### **6. PONTOS FRACOS E FORTES**

#### **6.1- Pontos fracos**

- Insuficiência de pessoal especializado e com experiência para o trabalho de reabilitação integral das vítimas de minas, com vista a sua integração social e profissional;
- Pouca sensibilidade por parte da sociedade para com as PPD vítimas de minas;
- Insuficiência na identificação, registo e análise das vítimas de minas;
- Um número considerável de vítimas de minas está fora do sistema de ensino;
- Serviços e equipamentos urbanos disponíveis limitados;
- Um elevado número de vítimas de minas morrem antes de chegar a unidade hospitalar mais próxima;

- Dificuldades de transporte para facilitar o acesso do grupo alvo aos serviços de reabilitação;
- A falta de instalações sanitárias públicas adequadas, dimensionadas e equipadas para o uso das pessoas com deficiências;

## **6.2. Pontos fortes**

- Adesão a ratificação a convenção de Ottawa;
- Existência de centros de reabilitação física e profissional;
- Existência de um standard nacional na técnica de fabrico de próteses;
- Existência de um grupo de coordenação multisectorial;
- Existência do programa nacional de reabilitação física da pessoa portadora de deficiência sensório-motora;
- Existência de projectos no domínio da reinserção social;

## **7. RESULTADOS ALCANÇADOS**

- Desde que o Comité Paralímpico existe, há mais de 12 anos, realizaram-se já muitos eventos desportivos de carácter nacional
- Outro aspecto a ressaltar é a participação com dignidade e a conquista de medalhas em eventos desportivos internacionais;
- O MED, vem realizando acções de uma sala de recursos multifuncional e a criação e apetrechamento de uma sala de informática
- No domínio da formação profissional, foi aprovada a Lei nº1/06 de Janeiro sobre o primeiro emprego que impulsionou a formação e integração no mercado de trabalho de jovens vítimas de minas, bem com a implementação do projecto “ Acreditar” com vista a integração sócio profissional das vítimas de minas em micro e pequenas empresas individuais e associativas nas comunidades.

- No âmbito da política familiar, o MINFAMU tem exercido advocacia com objectivo de tornar o sistema financeiro abrangente, para que as vítimas de minas tenham acesso a pequenos financiamentos para apoio a iniciativas geradoras de rendimento.
- Com o objectivo de conhecer a real situação das vítimas de minas no país e criar-se uma base de dados, a CNIDAH está a realizar o levantamento das mesmas
- O MINSA através do Programa Nacional de Reabilitação da pessoa Portadora de Deficiência Sensorial Motora reforçou a intervenção às vítimas de minas através de acções integradas tais como: reabilitação física, profissional, psicossocial, sensorial auditiva e sensorial visual; serviços sociais.
- As ONGS nacionais e internacionais têm trabalhado em parceria com o governo nos mais variados domínios do atendimento ao grupo alvo, tais como: identificação das vítimas de minas, acompanhamento psicossocial, facilitação das vítimas aos diferentes serviços, implementação de projectos de reintegração sócio profissional, advocacia para sensibilizar a sociedade sobre os direitos das pessoas portadoras de deficiência.

## **9. CONSTRANGIMENTOS**

- Não aprovação da Lei de Base de Protecção às pessoas portadoras de deficiência;
- Insuficiência na articulação entre os sectores;
- Não implementação das Leis existentes;
- Presença de Barreiras de comunicação, informação, transporte e arquitectónicas;
- Problema de transportação das caravanas desportivas nos eventos organizados pelo C.P.A. quer na Capital do País, bem como noutras Províncias que se candidatem para o efeito;
- Muitas actividades não chegam ao conhecimento dos distintos órgãos em tempo vital e noutros, da existência de programas para que possam ser devidamente tratadas e reportadas;